UNiSA Universidade de Santo Amaro

Pluralistas

Práticas pedagógicas para crianças com TEA na educação infantil

Mariana Ventura dos Santos[1]
Rubilene de Menezes Santos Silva[2]
Ana Cristina Vigliar Bondioli[3]

Resumo

O presente trabalho tem como tema as práticas pedagógicas inclusivas voltadas às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Considerando que a escola é um espaço essencial para a aprendizagem, socialização e desenvolvimento da autonomia, buscou-se compreender de que forma os professores podem contribuir para uma inclusão real desses estudantes, em acordo com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo principal foi analisar as estratégias pedagógicas utilizadas no atendimento de crianças com TEA, identificando desafios enfrentados no cotidiano escolar e possibilidades de aperfeiçoamento das práticas docentes. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica, com autores que discutem inclusão e desenvolvimento infantil, aliada a um estudo de caso realizado por meio de entrevista com uma pedagoga atuante no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os resultados demonstraram que práticas como jogos educativos, musicalização, contação de histórias, rotinas estruturadas e recursos visuais favorecem a participação e o desenvolvimento das crianças autistas. Conclui-se que a inclusão na Educação Infantil exige planejamento, sensibilidade e apoio de todos da instituição, reforçando a importância de práticas que assegurem o direito à aprendizagem, à convivência e ao desenvolvimento integral.

Palavras chaves: Educação infantil; TEA; Práticas pedagógicas; Inclusão.

Abstract

This work has as its theme the inclusive pedagogical practices aimed at children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education. Considering that the school is an essential space for learning, socialization and development of autonomy, the study sought to understand how teachers can contribute to a real inclusion of these students, in accordance with the principles of the National Common Curricular Base (BNCC). The main objective was to analyze the pedagogical strategies used in the care of children with ASD, identifying challenges

[1-3]Universidade Santo Amaro

faced in everyday school life and possibilities for improvement of teaching practices. The methodology was based on a bibliographical research, with authors who discuss inclusion and child development, combined with a case study conducted through an interview with a pedagogue working in the Specialized Educational Service (AEE). The results showed that practices such as educational games, musicalization, storytelling, structured routines and visual resources favor the participation and development of autistic children. It is concluded that inclusion in early childhood education requires planning, sensitivity and support from all the institution, reinforcing the importance of practices that ensure the right to learning, coexistence and integral development.

Keywords: Early childhood education; ASD; Pedagogical practices; Inclusion.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é reconhecido como um transtorno do neurodesenvolvimento que impacta diferentes áreas do comportamento humano. Segundo o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5-TR), o transtorno do espectro autista é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022). Esses déficits podem se manifestar de formas variadas, exigindo diferentes níveis de suporte para cada indivíduo. No contexto da Educação Infantil, práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para promover o desenvolvimento social, cognitivo e emocional de crianças com TEA. Estratégias que favorecem a interação social, a linguagem oral, a expressão artística e a autonomia nas escolhas cotidianas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da criança com autismo em instituições de educação infantil (Marchioni, 2018). Assim, compreender e implementar práticas pedagógicas adequadas se torna essencial para promover a inclusão efetiva dessas crianças. Com o intuito de compreender, de maneira prática, as estratégias pedagógicas adotadas no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, foi realizada uma pesquisa que envolveu um estudo de caso com uma professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE). O objetivo central foi conhecer as metodologias utilizadas, identificar as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar e analisar as possibilidades de inclusão desses alunos no processo educativo.

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil requer que os professores compreendam as particularidades de cada aluno,

adotando práticas que respeitem o ritmo e as formas diferenciadas de aprendizagem. Nesse contexto, o papel do educador ultrapassa a simples adaptação de atividades, exigindo uma postura mediadora, sensível e reflexiva diante às necessidades específicas dos estudantes (Mantoan, 2015). A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) reforça que a Educação Infantil deve garantir o direito de aprender e conviver, assegurando que todas as crianças participem das experiências pedagógicas de forma significativa. Assim, a formação docente voltada para a educação inclusiva torna-se essencial, pois possibilita o desenvolvimento de competências que favorecem a prática pedagógica comprometida com a diversidade (Glat; Pletsch, 2012). Desse modo, compreender as potencialidades e os desafios enfrentados pelos professores na inclusão de crianças com TEA é fundamental para o fortalecimento de ações educativas baseadas na equidade e na valorização das diferenças.

A relevância deste estudo está em evidenciar a importância da construção de práticas pedagógicas realmente inclusivas, capazes de reconhecer e valorizar as especificidades das crianças com TEA. Ao refletir sobre a atuação docente e o papel da escola como espaço de acolhimento e desenvolvimento integral, busca-se contribuir para o aprimoramento da prática pedagógica e para a realização dos direitos educacionais garantidos por lei. Além disso, o trabalho reforça a necessidade de políticas públicas e formações continuadas que assegurem aos professores apoios teóricos e práticos para atuar com qualidade na educação inclusiva. Dessa forma, este estudo pretende colaborar para uma compreensão mais ampla do processo de inclusão na Educação Infantil, promovendo uma educação que respeite as diferenças e valorize o potencial de cada criança.

Estudo de caso

O presente trabalho foi realizado a fim de compreender, de maneira prática, as estratégias pedagógicas voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil. Realizou-se uma entrevista com uma pedagoga atuante no Atendimento Educacional Especializado (AEE), permitindo identificar práticas, desafios e percepções sobre a inclusão da criança com TEA no ambiente escolar. Além disso, o estudo é fundamentado não apenas em aspectos pedagógicos, mas também em reflexões teológicas, que aborda o valor da dignidade humana, o respeito a diferenças e o amor ao próximo como princípios norteadores do processo educativo. A partir dessa perspectiva, o trabalho busca integrar o olhar técnico com ex-

periências do dia a dia, evidenciando que a inclusão escolar é uma expressão de empatia, acolhimento e responsabilidade social.

Quando questionada sobre as práticas mais eficazes para trabalhar com crianças com TEA, a docente destacou o uso de jogos educativos, atividades de musicalização, quebra-cabeças e contação de histórias. Essas práticas dialogam com Silva, Frighetto e Santos (2013), ao afirmarem que "o brincar possibilita expressões reais da vida, fantasias e desejos do indivíduo, constituindo-se como fundamental para a socialização e comunicação com os outros e consigo mesmo, estimulando sua imaginação e autoestima". Martins (2013) complementa que o desenvolvimento da imaginação está intimamente ligado à linguagem, ao pensamento e aos sentimentos, sendo essencial para a formação integral da criança. Nessa perspectiva, Glat e Pletsch (2013) ressaltam que metodologias ativas e diferenciadas, que utilizem recursos lúdicos como a música, os jogos e as histórias, favorecem a aprendizagem e a socialização de alunos com necessidades educacionais especiais, especialmente quando adaptadas às suas especificidades. As autoras destacam ainda que tais estratégias fortalecem vínculos afetivos e promovem um ambiente inclusivo e acolhedor. Egler (2015) reforça essa visão ao indicar que a inclusão se efetiva quando o professor reconhece as potencialidades de cada aluno e propõe atividades que despertem autonomia, imaginação e interação, tornando a aprendizagem significativa e prazerosa para todos.

No que diz respeito à adaptação de atividades comuns da sala de aula, como rodas de conversa e contação de histórias, a pedagoga explicou que busca acompanhar a professora regente, incentivando a participação ativa da criança autista. Exemplificou que, durante a contação de histórias, costuma solicitar a colaboração da criança, atribuindo-lhe um papel na narrativa. Contudo, ressaltou que a inclusão apresenta desafios, sobretudo pela presença de ruídos que comprometem a atenção. Mantoan (2015) pontua que "as ações educativas têm como eixos o convívio com a diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade", Chicon et al. (2019), aponta a ludicidade como instrumento interativo para observação, registro e análise do brincar, em uma brinquedoteca temática universitária, com intuito de trabalhar as dificuldades de interação social, de trabalho em grupo e agitação excessiva, Wolski; Vagas; Lopes (2021) confirmam o quanto a potencialidade da aplicação de atividades lúdicas, e estas devem estar presentes na Educação Física como componente curricular, para trabalhar as dificuldades quanto à percepção dos sentidos e dificulda-

des de interação social, de acordo com Eglér (2015) "ensinar sem diferenciar o ensino para alguns depende, entre outras condições, de abandonar um ensino transmissivo e adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contraponha a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber."

Sobre as dificuldades enfrentadas por professores sem formação específica em inclusão, a entrevistada observou que esses profissionais frequentemente se sentem inseguros. Entre os principais obstáculos, destacou o número elevado de alunos por sala, o tempo de permanência da criança com TEA no ambiente escolar e as barreiras comportamentais, como a sensibilidade a ruídos. Além disso, apontou que muitos professores atuam sozinhos, sem auxílio, o que dificulta o desenvolvimento de propostas inclusivas. Nesse sentido, Mello (2013) afirma que "a despeito das diferenças entre os indivíduos que recebem o diagnóstico de autismo, uma característica é comum à imensa maioria de seus familiares: desespero e esperança por uma cura milagrosa. Essa é uma combinação mágica para a vulnerabilidade. Mantoan (2015) afirma que "conhecemos os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste a inclusão, eles refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diferença, da variedade, da singularidade". De acordo com Eglér (2015) "A reviravolta que é bem mais complexa do que se pensa na formação inicial e continuada de professores para inclusão escolar está sendo, pouco a pouco, entendida pelos que elaboram políticas públicas de educação e pelos que planejam ações para concretizá-las. Com a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), a formação do professor de educação especial passou a ser uma especialização *lato sensu* - pós-graduação em Pedagogia. E não é o bastante".

Relatando uma situação concreta, a pedagoga narrou o caso de uma criança com comportamentos desafiadores, como agressividade, gritos e resistência em permanecer em sala. A estratégia encontrada foi intensificar o diálogo com a família, incentivando a adesão a terapias e fortalecendo a parceria entre escola e responsáveis. Segundo Anjos, Andrades e Pereira (2009), Lemos et al. (2016) e Santos e Santos (2012), "dentre os estudos encontrados, na área da psicologia e educação, sobre a inclusão escolar de crianças com autismo, o foco principal divide-se em: a percepção das próprias crianças, pais e professores quanto a essa possibilidade". Castro e Regattieri (2009) acrescentam que "a importância e a contribuição da família para o sucesso escolar das crianças são amplamente relatadas na literatura, sobretudo no que diz respeito à inclusão, uma vez que a importância da parceria família-escola confere a esse aspecto um eixo essencial a ser trabalhado na formação de professores co-

mo parte constituinte das práticas educacionais inclusivas". Glat & Pletsch (2012) enfatizam que a orientação familiar e a colaboração entre escola e familia são componentes centrais para que as práticas de inclusão sejam efetivas, permitindo maior estabilidade emocional, continuidade terapêutica e alinhamento entre ambientes de aprendizagem.

Ao abordar os recursos que podem auxiliar no processo de inclusão, a professora ressaltou a importância de uma rotina estruturada e do uso de recursos visuais, como cartazes com regras e combinados ilustrados. Para ela, a roda de conversa também constitui um espaço privilegiado de socialização. Tais práticas encontram respaldo em Castro e Giffoni (2017), que afirmam que "a relação professor-aluno com TEA deve ter suporte pedagógico que facilite seu aprendizado e o currículo da Educação Infantil deve envolver áreas cognitivas, motoras, linguísticas e sociais". Nesse contexto, Cruz (2022) observa que

> "[...] ao analisar as pesquisas referentes à formação do professor, foi possível verificar que a formação inicial é incapaz de formar um profissional da educação que contemple todas as especificidades humanas; portanto, nesta pesquisa fica evidente que a formação continuada é o meio para a aquisição do conhecimento".

Complementando, Soriano (2022) acrescenta que "para que as demandas da criança com TEA sejam atendidas, é necessário que o professor se envolva em formações que contemplem os conteúdos necessários para atuar com essa criança, formações essas que partam das necessidades formativas dos professores para atenderem às especificidades da criança com TEA".

Quando questionada sobre como a escola pode apoiar professores que não se sentem preparados, a pedagoga destacou a importância de formações continuadas e do suporte coletivo, envolvendo direção, equipe pedagógica e famílias, de modo a construir uma rede de apoio sólida e eficaz. Essa perspectiva dialoga com Piaget, que, conforme Pallarès e Paula (2012), afirma que "a participação ativa do sujeito desencadeia um processo de produção do conhecimento de si mesmo". Nesse sentido, ao participar de cursos, oficinas, trocas de experiências com colegas e planejamentos colaborativos, o professor se envolve ativamente na construção de seu próprio conhecimento, adquirindo habilidades e estratégias para lidar com as especificidades de cada aluno, incluindo aqueles com TEA. O acompanhamento institucional e a prática reflexiva permitem que o docente desenvolva maior segurança, compreenda melhor as necessidades individuais e aumente sua competência para promover a inclusão de maneira assertiva na sala de aula.

Em relação às estratégias de interação social, a entrevistada ressaltou a impor-

tância de chamar a atenção da criança para as atividades coletivas, favorecendo sua aproximação com os colegas. Essa perspectiva dialoga com Piaget, que, conforme Pallarès e Paula (2012), afirma que "a participação ativa do sujeito desencadeia um processo de produção do conhecimento de si mesmo", indicando que o envolvimento direto nas atividades sociais é fundamental para a construção do aprendizado e do desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, Glat e Pletsch (2013) destacam que estratégias pedagógicas diferenciadas, como jogos cooperativos, atividades lúdicas, trabalhos em grupo e uso de recursos visuais, contribuem para que crianças com TEA compreendam regras sociais, aprendam a compartilhar e se engajem nas interações com os colegas. Tais práticas também favorecem o desenvolvimento da empatia, da comunicação e da autorregulação emocional, permitindo que a criança participe de maneira mais ativa e confiante no contexto coletivo. Complementando, Egler (2015) enfatiza que o professor deve mediar essas interações de forma planejada e sensível, criando oportunidades de socialização que respeitem o ritmo e as singularidades de cada criança, ao mesmo tempo em que promove o engajamento de toda a turma. O acompanhamento constante, aliado à colaboração entre professores, equipe pedagógica e família, é essencial para garantir que essas experiências sociais se resultem em aprendizagem significativa, fortalecendo o senso de pertencimento da criança e consolidando sua participação efetiva no ambiente escolar. Além disso, práticas de observação, adaptação das atividades e feedbacks positivos contribuem para que as crianças com TEA se sintam acolhidas e motivadas a interagir, promovendo não apenas habilidades sociais, mas também maior autoestima e confiança no próprio aprendizado.

Quanto à formação inicial, a pedagoga avaliou que os cursos de Pedagogia ainda não oferecem preparo suficiente para lidar com a inclusão de crianças com TEA, sendo fundamental que a formação continuada seja acessível e garantida pelas redes públicas de ensino. Arruda, Castro e Barreto (2020) destacam que a educação inclusiva se concretiza por meio da participação efetiva de todas as crianças em todas as atividades propostas pela escola, sem distinções, o que evidencia a necessidade de estratégias pedagógicas capazes de atender à diversidade de aprendizados presentes na sala. Borges (2020) acrescenta que o TEA é uma condição persistente e clinicamente significativa, que afeta a comunicação verbal e não verbal, a reciprocidade social, a criatividade e a capacidade de estabelecer relações apropriadas, reforçando a importância de preparar o docente para compreender e lidar com essas especificidades. Nesse sentido, a formação inicial deve contemplar conteúdos que proporcionem ao professor conhecimento sobre as diferentes características dos alunos e habilidades para desenvolver intervenções pedagógicas adequadas. De acordo

com Glat e Pletsch (2013), a formação inicial ainda carece de aprofundamento em inclusão, pois muitos cursos de licenciatura não abordam de maneira suficiente as necessidades educacionais especiais. As autoras enfatizam que é essencial que o professor aprenda a planejar atividades diferenciadas, utilizar recursos visuais e estratégias lúdicas, promover a participação de todos os alunos e criar um ambiente inclusivo, acolhedor e estimulante. Além disso, a prática reflexiva, a observação das respostas dos alunos e o trabalho em parceria com a equipe pedagógica e a família são recursos que fortalecem a competência docente, permitindo que os professores se sintam mais confiantes e capazes de atender às demandas de crianças com TEA, promovendo não apenas a aprendizagem, mas também o desenvolvimento social e emocional dos estudantes.

Ao lidar com crises ou comportamentos desafiadores, a professora ressaltou a importância de identificar os fatores que desencadeiam essas situações, evitando a retirada frequente da criança do ambiente e buscando estratégias que promovam a permanência e a participação na turma. Ela destacou ainda a necessidade de sensibilizar os demais alunos, para que compreendam as diferenças e colaborem no processo de inclusão. Estudos indicam que crianças com TEA apresentam dificuldades na reciprocidade social, o que pode tornar as interações mais complexas, ainda assim, a interação social continua sendo essencial para o desenvolvimento humano, exigindo do educador atenção à comunicação e ao respeito pelas particularidades individuais. Nesse contexto, Orrú (2007) enfatiza que "a sensibilidade e a perseverança do educador são fundamentais para compreender as competências dessas crianças", reforçando a importância de uma postura paciente e atenta. Glat e Pletsch (2013) acrescentam que os professores devem estar preparados para enfrentar situações desafiadoras com equilíbrio emocional, compreendendo as características de cada aluno e estruturando rotinas que auxiliem na prevenção e no manejo das crises, priorizando estratégias pedagógicas mediadoras que restabeleçam o vínculo e o bem-estar da criança. Além disso, autores contemporâneos destacam que técnicas baseadas na análise do comportamento têm histórico de contribuir para a aprendizagem de crianças com dificuldades complexas, demonstrando a relevância de práticas fundamentadas e consistentes no contexto educacional inclusivo.

Por fim, ao ser questionada sobre qual conselho daria a professores que recebem pela primeira vez uma criança com TEA, a pedagoga recomendou conhecer o histórico do aluno, observar seus gatilhos de desregulação, dialogar com a família e planejar intervenções personalizadas. De acordo com Melo (2022), "a inclusão não se trata apenas de acesso. Incluir é proporcionar opções de ensino e aprendizagem acessíveis para os estudantes permanecerem nos ambientes educativos com sucesso,

garantindo aos estudantes neurodivergentes as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento socioemocional". Conforme Glat e Pletsch (2013), quando o professor recebe pela primeira vez um aluno com deficiência, é comum que surjam sentimentos de insegurança e despreparo, reflexo das lacunas ainda presentes na formação inicial. As autoras explicam que essa experiência exige do docente abertura para o novo, disposição para aprender e busca por apoio pedagógico e institucional. Destacam ainda que, com o suporte adequado e o desenvolvimento de estratégias diferenciadas, o professor pode transformar essa vivência em uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal. Da mesma forma, Egler (2015) ressalta que, ao receber um aluno com necessidades educacionais especiais, o professor frequentemente vivência sentimentos de insegurança e preocupação diante das novas demandas que surgem em sua prática. Essa reação é compreensível, pois muitas vezes a formação inicial não oferece subsídios suficientes para lidar com as especificidades de cada aluno. A autora destaca que o docente não precisa ter domínio completo sobre todos os tipos de deficiência, mas deve desenvolver uma postura investigativa e sensível, buscando conhecer as potencialidades e os limites de cada estudante. O professor deve observar atentamente o modo como o aluno aprende, interage e se comunica, adaptando suas estratégias pedagógicas conforme as necessidades apresentadas. Egler aponta que a inclusão não depende apenas de recursos materiais ou de conhecimentos técnicos, mas principalmente da atitude do educador ter empatia e reconhecer a diversidade como parte natural do processo de ensino-aprendizagem. Assim, o acolhimento, o diálogo com a equipe pedagógica e a parceria com a família tornam-se elementos fundamentais para promover o desenvolvimento integral do aluno e fortalecer a construção de uma prática verdadeiramente inclusiva.

Considerações finais

Como perspectiva para estudos futuros, recomenda-se a ampliação da investigação para outras realidades escolares, sendo esse estudo baseado em uma única entrevista, seria interessante a realização de outras entrevistas com mais professores de modo a confirmar ou refutar o que foi encontrado neste estudo. Além disso, sugere-se o aprofundamento em práticas pedagógicas específicas, como o uso de tecnologias assistivas, metodologias ativas e recursos digitais, que podem contribuir significativamente para a aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional das crianças com TEA.

Conclui-se, portanto, que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil é um processo que exige compromisso ético, político e pedagógico de todos os envolvidos. Exige, ainda, que a escola se torne um espaço de

acolhimento, respeito à diversidade e construção de oportunidades, garantindo o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, conforme recomenda a BNCC. A efetividade da inclusão depende do engajamento coletivo, do investimento em formação continuada e da adoção de práticas pedagógicas que valorizem as potencialidades de cada criança, assegurando que todas tenham a oportunidade de aprender, conviver e se desenvolver plenamente.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2022.

AMORIM, Liandra Maciel. A formação continuada de professores da Educação Infantil para o atendimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em dissertações na área da Educação. Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 38, jul./dez. 2018.

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher; SILVA, Gabrielle Lenz da; CRESPO, Renata Oliveira; OLIVEIRA, Calleb Rangel de; MAGALHÃES, Suelen Lessa. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educação em Revista, v. 36, e214220, 2020.

CARVALHO, Lia Carmo de; AMANCIO, Israel Levi Nogueira; COSTA, Glenia Ellen Soares; GOMES, Tereza Cristina Oliveira; MEDEIROS, Emanuele Rayane de. Estratégias de Análise do Comportamento para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula regulares. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 5, 2025.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. Educação inclusiva de alunos com necessidades especiais. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 1, jan./mar. 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MARCHIORI, Alexandre Freitas; FRANÇA, Carla de Almeida Aguiar. Práticas e articulações pedagógicas na educação infantil: contribuições ao processo de desenvolvimento de uma criança com autismo. Zero-a-seis, v. 20, n. 38, 2018.

SANTOS, Cláudia Lilian Alves dos; ANJOS JUNIOR, Celso dos; MILAN, Davi; CAMPOS, Fábio Luiz Maçâo. Práticas de inclusão de alunos autistas na educação in-

fantil: do lúdico ao uso de software. Revista Educar Mais, v. 7, 2023.

SCHMIDT, Carlo et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. Revista Psicologia: teoria e prática, v. 18, n. 1, 2016.